

O PAPEL DA CERTIFICAÇÃO NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA NA REGIÃO DA NOVA ALTA PAULISTA¹

Wagner Luiz Lourenzani²
Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani³
Gessuir Pigatto⁴
Elias José Simon⁵

1 - INTRODUÇÃO

A região da Nova Alta Paulista localiza-se no noroeste do Estado de São Paulo, sendo composta por 30 municípios. É considerada uma das regiões mais carentes do Estado. Cerca de 12 municípios da região situam-se entre os 100 municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado. Atualmente, a vocação econômica predominante na região é a agricultura. De acordo com o último Censo Agropecuário 1995/96, a região apresenta um total de 12.045 estabelecimentos voltados para a agropecuária, sendo, na grande maioria, estabelecimentos familiares.

Os municípios da região apresentam características geográficas, sociais e econômicas bastante similares. Entretanto, a região mostra-se carente em organização e coordenação das suas cadeias produtivas agroindustriais. Essa deficiência demandou a criação do Programa de Desenvolvimento Regional por iniciativa da Associação de Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP). O programa orienta-se pelas ações que privilegiem os empreendimentos e produtos que proporcionem maior geração de emprego e renda e mantenham a atual estrutura de produção em pequenas

e médias propriedades. Um dos principais pilares deste programa é a implantação do Pólo Regional de Fruticultura Tropical.

A fruticultura pode ser caracterizada como uma atividade que utiliza mão-de-obra de forma intensiva e compatível com uma reduzida escala mínima de produção para que a atividade seja rentável. Por isso, representa uma importante alternativa para produtores caracterizados pela agricultura familiar. Além disso, é um importante setor empregador de mão-de-obra no campo, ajudando a evitar o êxodo e o aumento da pobreza na zona rural.

A fruticultura na região da Nova Alta Paulista é indicada como uma atividade com amplas possibilidades de sustentar e estimular o processo de desenvolvimento regional. Apesar das dificuldades oriundas da implantação e execução de um programa de desenvolvimento regional, existem, por outro lado, variáveis significativas que geram condições favoráveis para o desenvolvimento deste programa, as quais se destacam: condições edafo-climáticas adequadas para a atividade, tamanho das propriedades, predominância de mão-de-obra familiar, produção regional insuficiente para atender a demanda das empresas processadoras locais, existência de empresas processadoras certificadas para o mercado interno e externo e mercados crescentes para frutas e produtos derivados.

Entretanto, de acordo com as novas exigências mercadológicas, os agentes da cadeia de produção de frutas vêm se reestruturando para garantir a qualidade dos alimentos produzidos e, conseqüentemente, exigindo mudanças no manejo das propriedades e na forma de gerenciamento dos produtores rurais. Dentre as garantias exigidas pelos clientes e consumidores estão: a certificação de origem, de qualidade e rastreabilidade do produto. Os procedimentos de Boas

¹Cadastrado no CCTC, IE-81/2005.

²Engenheiro de Alimentos, Doutor, Professor Assistente da UNESP-Tupã, Centro de Pesquisas em Administração e Agonegócios (CEPEAGRO) (e-mail: wagner@tupa.unesp.br).

³Engenheira Agrônoma, Doutora, Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAI) (e-mail: anabressan@yahoo.com).

⁴Economista, Doutor, Professor Assistente da UNESP-Tupã, Centro de Pesquisas em Administração e Agonegócios (CEPEAGRO) (e-mail: pigatto@tupa.unesp.br).

⁵Engenheiro Agrônomo, Doutor, Professor Adjunto da UNESP-Botucatu, Centro de Pesquisas em Administração e Agonegócios (CEPEAGRO) (e-mail: ejsimon@fca.unesp.br).

Práticas Agrícolas⁶ (BPA) vêm justamente ao encontro desses interesses do mercado, pois contemplam um conjunto de normas que atendem aos interesses dos consumidores.

Observa-se que produtores familiares encontram dificuldades em acessar mercados exigentes, como o de exportação. As dificuldades estão relacionadas, principalmente, a questões tecnológicas (qualidade e embalagem), comerciais (informação e ineficiências logísticas), de infra-estrutura (*packing-houses*, sistemas de classificação e padronização) e questões relacionadas à cultura associativa (CHABARIBERY et al. 2002).

A certificação é um passo para que os produtores possam acessar mercados de valor. No entanto, é importante ressaltar que diversas outras barreiras são encontradas, tais como: barreiras fitossanitárias e legislativas de países importadores, problemas logísticos e carência de infra-estrutura para comercialização e armazenamento (NACHREINER; SANTOS; BOTEON, 2003). Se, por um lado, a certificação implica investimentos e reestruturação dos sistemas produtivos, principalmente no caso de pequenos e médios produtores, por outro, torna possível o acesso a nichos de mercado e ajuda a construir uma imagem positiva do produto brasileiro no exterior.

A partir das demandas socioeconômicas e do potencial regional surge o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura da Nova Alta Paulista, que visa o desenvolvimento da atividade na região por meio das BPA, utilizando como base a norma EUREPGAP⁷, e da certificação dos produtores que cumprirem as exigências desse protocolo.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o papel da certificação no Programa de Desenvolvimento da Fruticultura na Região da Nova Alta Paulista, mostrando os entraves e os avanços obtidos, bem como seus impactos para o desenvolvimento regional, pelos produtores participantes.

⁶Conjunto de procedimentos que visam à segurança do alimento, proteção do meio ambiente e bem-estar dos trabalhadores na atividade agropecuária.

⁷A norma de produção EUREPGAP foi criada por redes varejistas européias com o objetivo de qualificar fornecedores para suas lojas, garantindo a segurança e a qualidade dos alimentos por eles comercializados. *Euro-Retailer Produce Working Group* (EUREP), *Good Agricultural Practices* (GAP).

2 - PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

A segurança dos alimentos é consequência do controle sobre as operações de todas as etapas dos elos da cadeia produtiva, desde o campo até a mesa do consumidor. No caso das frutas, além de aparência e durabilidade, os consumidores passaram a exigir a garantia de que estejam também isentas de qualquer perigo físico, químico ou biológico que venha a comprometer sua saúde.

As novas oportunidades comerciais levam os produtores a enfatizar os conceitos dinâmicos, como normatização, qualidade e segurança dos alimentos. Dessa forma, a certificação de frutas consiste em uma possibilidade de inserção desses produtores em mercados diferenciados.

O processo de criação de padrões e classificações é apontado como o modo de assegurar qualidade, segurança, características sociais e ambientais de produção e processamento, além de permitir menores custos para coordenação das cadeias produtivas (REARDON et al., 2001).

Nesse sentido, a certificação de frutas torna-se um diferencial para o acesso aos principais canais de distribuição, sejam eles do mercado interno ou externo. Dentre as garantias exigidas pelos clientes e consumidores estão a certificação de origem, a certificação de qualidade e a rastreabilidade do produto.

Os procedimentos das BPAs atendem aos interesses do mercado. De acordo com o relatório Biocomercio (2003), as BPAs são um conjunto de princípios, normas e recomendações técnicas, aplicáveis à produção agrícola, envolvendo todas as atividades realizadas no campo e após a colheita. Sua aplicação tem o objetivo de oferecer ao mercado produtos frescos de elevada qualidade e inocuidade, com um mínimo de impacto ambiental. As BPAs reconhecem a importância da adoção das normas para que os produtores tenham capacidade de responder aos consumidores no que se refere à qualidade e segurança do alimento, bem-estar animal, proteção ambiental e bem-estar no trabalho.

A implantação de sistemas de garantia de qualidade e segurança dos alimentos, tais como: procedimentos das BPAs, aplicados ao campo, e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), deve ser adotada como forma de reduzir os perigos que possam afetar, de forma adversa, a segurança e a adequação para o

consumo, incluindo os estágios posteriores da cadeia das frutas.

Um dos aspectos importantes no processo de comercialização de produtos é garantir ao consumidor, no momento em que for adquiri-los, a qualidade do produto e a veracidade das informações que neles são apresentadas. Para tanto, foram desenvolvidos os certificados de garantia.

Segundo Nassar (2003), a certificação é a definição de atributos de um produto, processo ou serviço e a garantia de que eles se enquadram em normas pré-definidas. A certificação atinge objetivos de quem está oferecendo e de quem está demandando um produto. Do lado do ofertante, a certificação serve de instrumento para fornecer procedimentos e padrões que visam permitir às empresas gerenciar seus atributos e garantir seu acesso ao mercado. Pela ótica do cliente, a certificação tem o objetivo de informar e garantir os atributos preconizados pelo produto.

A certificação envolve a existência de normas, órgãos certificadores e organismos credenciadores. De forma a operacionalizar o processo, deve haver um agente regulamentador, que dita as normas, e um agente coordenador, responsável pela certificação e coordenação do processo (LAZZAROTTO, 2003). De acordo com a autora, os benefícios observados refletem em toda a cadeia produtiva, já que há redução da assimetria informacional e obtenção de informação imparcial sobre a qualidade dos produtos.

No caso do setor alimentício, segundo Spers (2000), os consumidores estão cada vez mais atentos, informados e preocupados quanto a questões que envolvam atributos de qualidade nos alimentos, principalmente, porque os consumidores não conseguem, na maioria das vezes, acompanhar e compreender os avanços ocorridos no setor, em função da sua complexidade. A certificação pode ter diversos fins: indicar pureza, sanidade, origem, se um produto é orgânico ou transgênico, e se atende a normas sociais e ambientais.

A certificação funciona como um instrumento de comprovação para o consumidor com relação aos atributos intrínsecos existentes em determinados produtos. A sua utilização como instrumento de comprovação também é utilizado pelas indústrias e demais empresas (varejistas e distribuidoras), que necessitam ter conhecimento dos produtos que disponibilizarão para seus consumidores. Segundo Nassar (2003), a certificação ganha importância quando a padroni-

zação torna-se insuficiente para atender as necessidades dos agentes. A padronização refere-se aos detalhes de um processo de produção, característico dos produtos agrícolas comercializados *in natura*, como as frutas.

Aos produtores certificados é exigido, entre outras atribuições, que seus produtos sejam passíveis de serem rastreados. A rastreabilidade implica na capacidade de levantar informações críticas a montante e a jusante em qualquer ponto da cadeia de produção.

De acordo com Machado (2000), a rastreabilidade *“é um processo de práticas sistemáticas de segregação física e troca de informações entre diferentes agentes da cadeia produtiva, responsáveis pela execução e cumprimento de uma meta específica - preservar os atributos e a identidade de produtos transacionados segundo suas especificações”*.

Dessa forma, a rastreabilidade torna-se uma ferramenta fundamental para a segurança do alimento e para o controle de produtos em cadeias produtivas. Ela possibilita a rápida identificação e correção de falhas, uma vez que garante a identificação, origem e localização precisa e eficiente de um item em toda a cadeia de produção, ajudando a determinar a origem de um possível problema durante o processamento, transporte ou armazenamento do alimento.

3 - METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi utilizada a metodologia de estudo de casos. De acordo com Yin (1994), o estudo de caso é aconselhável quando se quer avaliar o fenômeno dentro do seu contexto. Esse método foi adotado por permitir um recorte temporal necessário para a análise e por permitir uma análise em profundidade do objeto de pesquisa.

O caso selecionado para análise foi o projeto Desenvolvimento da Fruticultura da Nova Alta Paulista, que visava o desenvolvimento de BPAs nos estabelecimentos rurais atendidos. O projeto envolveu 212 fruticultores, agricultores familiares, localizados em 15 municípios da região da Nova Alta Paulista, visando o desenvolvimento das BPAs.

Por meio de entrevistas e questionários estruturados (*checklists*), foram realizados diagnósticos - antes, durante e depois da implantação

do programa - sobre o sistema de produção e gestão dos fruticultores participantes do projeto. A coleta, sistematização e análise dessas informações possibilitaram a discussão dos resultados apresentados neste trabalho.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 - Programa de Desenvolvimento da Fruticultura da Nova Alta Paulista

O Programa de Desenvolvimento da Fruticultura da Nova Alta Paulista contou com suporte e financiamento do Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE-SP) e foi conduzido pelos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) de Marília e Presidente Prudente. O projeto envolveu ainda outras instituições, como a Universidade Estadual Paulista-Campus Tupã (UNESP-Tupã), o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES) e a Organização Internacional Agropecuária (OIA-Brasil). A figura 1 ilustra as etapas de implementação do projeto.

A primeira etapa consistiu na formação e capacitação da equipe executora (SEBRAE-SP, UNESP-Campus Tupã, OIA-Brasil, IDES, além de técnicos agrícolas contratados especialmente para o projeto). Essa equipe teve a responsabilidade de planejar, executar e monitorar a implantação desse programa de desenvolvimento.

Um diagnóstico do sistema de produção dos fruticultores da Nova Alta Paulista foi realizado com o objetivo de levantar os pontos críticos em relação ao manejo agrícola, à situação da infra-estrutura produtiva, aos canais de comercialização, ao acesso aos mercados, ao manejo do meio ambiente e à situação sócio-econômica. Ou seja, indicadores que permitissem avaliar a situação inicial dos produtores em relação às BPAs.

Em seguida, foi realizado o processo de sensibilização e capacitação dos produtores rurais, visando o esclarecimento do processo de certificação. Após alguns meses foi realizada a inspeção de pré-avaliação - aplicação de um *checklist* nas propriedades. O objetivo dessa inspeção foi avaliar a distância que, individualmente, os produtores se encontravam das exigências - pontos de controle⁸

⁸Exigências relacionadas às atividades de rastreabilidade e registros, material de propagação, histórico e gestão da

- do protocolo EUREPGAP e, conseqüentemente, do processo de certificação.

A partir daí, foram organizadas e realizadas palestras técnicas, visando suprir as necessidades de capacitação dos produtores encontradas na inspeção de pré-avaliação e atender as exigências do protocolo EUREPGAP. Para tanto, foram contratados especialistas para ministrar os seguintes cursos de capacitação: a) uso correto de agrotóxicos e de equipamentos de proteção individual (EPI); b) colheita e pós-colheita de frutas; c) segurança no trabalho; d) condução e implantação de culturas; e) qualidade da água e do meio ambiente; e f) manutenção e regulagens de máquinas.

A etapa posterior consistiu no desenvolvimento de ferramentas de apoio gerencial. Para tanto, foi elaborado um conjunto de planilhas "amigáveis" de registros de atividades, que permitisse ao produtor cumprir com as exigências da certificação EUREPGAP e ter um sistema de registro de todo o seu sistema produtivo.

A fim de avaliar os avanços obtidos pelos produtores em relação às BPAs e, posteriormente, identificar aqueles que apresentam condições mínimas de participar do processo de certificação EUREPGAP, foi realizada uma inspeção de avaliação, a qual visava o cumprimento dos pontos de controle.

Finalmente, foram selecionados 37 produtores, basicamente, por apresentarem as melhores condições de obter a certificação em relação ao Protocolo EUREPGAP, para receber as inspeções de certificação.

4.2 - Entraves e Avanços Obtidos pelos Produtores Participantes do Programa

As principais dificuldades encontradas pelos produtores rurais, participantes do Programa de Desenvolvimento da Fruticultura da Nova Alta Paulista, estavam relacionadas, principalmente, aos aspectos legais, econômicos e gerenciais da propriedade.

Sob o aspecto legal, foram verificadas dificuldades na utilização de agrotóxicos em algumas culturas em monitoramento, tal como a acerola, devido à falta de produtos registrados

unidade de produção, gestão dos solos, fertilização, proteção de cultivos, colheita, acondicionamento, segurança do trabalhador e questões ambientais.

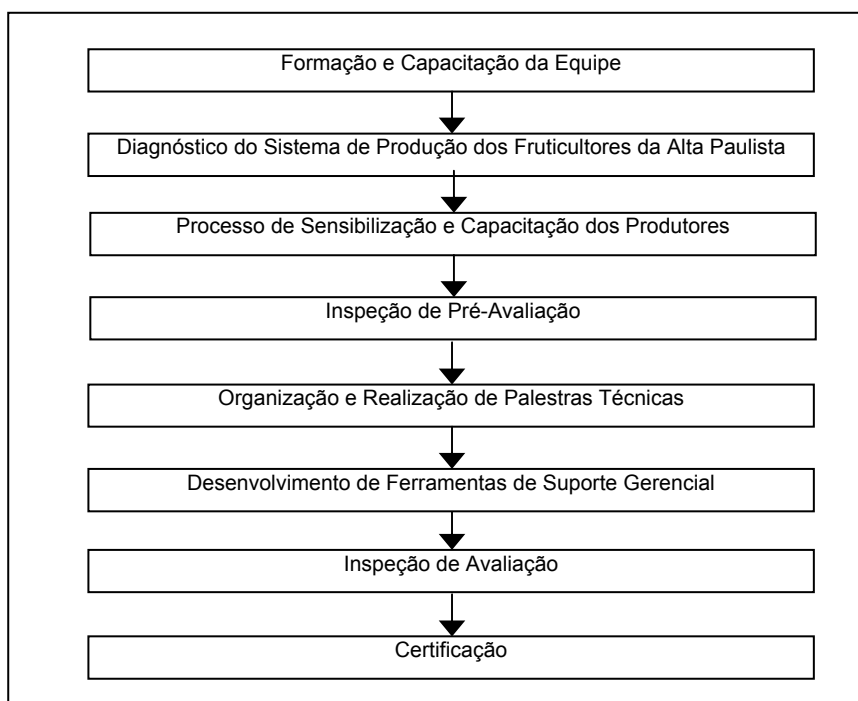


Figura 1 - Etapas de Implantação do Programa, Região da Nova Alta Paulista.

Fonte: Programa de Desenvolvimento da Fruticultura da Nova Alta Paulista.

pelo Ministério da Agricultura. Isso dificulta a obtenção de certificação por parte dos produtores. Neste projeto, especificamente, os produtores de acerola optaram por desenvolver um protocolo próprio de BPAs até que a questão dos agrotóxicos registrados seja equacionada.

Em relação aos aspectos econômicos, verifica-se a demanda por investimentos, especialmente para construção de estruturas de armazenamento de agrotóxicos e de banheiros nas propriedades⁹. Investimentos em análises de solo, manutenção dos equipamentos e capacitação da mão-de-obra também devem ser considerados.

A maioria dos produtores não tem acesso a mercados que reconhecem e recompensam a qualidade dos seus produtos. Com isso, a obtenção do certificado não trará aumento de renda para esses produtores, se não houver a iniciativa pela busca de mercados, interno ou externo, que estejam dispostos a pagar pela qualidade dos seus produtos. Isso leva os produtores a terem que se associar a empresas ou a produtores que já tenham acesso a esses mercados, ou mesmo criar associações que lhes permitam ofe-

recer seus produtos com regularidade e consistência de preço e qualidade.

Por outro lado, foi identificado um potencial de redução dos custos de produção para o produtor que adota as BPAs devido, principalmente, ao melhor aproveitamento no uso de agrotóxicos e fertilizantes.

A análise dos aspectos gerenciais revela que o principal ponto crítico estava relacionado ao registro das atividades. Sabe-se que os registros têm um papel importante na gestão da propriedade, pois permitem ao produtor ter melhor conhecimento sobre as práticas que adota, bem como as atividades que desenvolve e os custos associados. Entretanto, verificou-se que esta prática foi um dos pontos de maior dificuldade na implantação do projeto e cumprimento das normas. Isto se deve, principalmente, ao baixo nível de escolaridade dos produtores (sendo, alguns deles, analfabetos) e pelo descrédito da importância dessa prática para o desempenho do seu negócio. De certa forma, tal obstáculo foi transposto com a utilização de cadernos de registros simplificados e com o oferecimento de cursos de capacitação.

Apesar da dificuldade de implantação do projeto, decorrente da falta de recursos financeiros por parte dos produtores, da falta de legis-

⁹O protocolo EUREPGAP exige que haja um sanitário a cada 500 metros na propriedade.

lação específica para alguns produtos e do des-
crédito, de alguns produtores, com relação à
importância da coleta e sistematização das infor-
mações, o projeto apresentou resultados posi-
tivos significativos. Tais resultados estão relacio-
nados, principalmente, à segurança do alimento,
à segurança e bem-estar do trabalhador, ao meio
ambiente, à geração de renda e à gestão do
sistema de informação.

4.2.1 - Segurança do alimento

A segurança do alimento está relacio-
nada aos riscos à saúde oferecidos pelo alimen-
to. Isto é, à confiança do consumidor em receber
um alimento livre de contaminantes biológicos e
químicos.

Nesse sentido, os avanços do projeto
foram determinantes para os produtores atende-
rem às normas de certificação. Em termos de
contaminação química, foi observado que 29%
dos produtores reduziram o uso de agrotóxicos
em todas as culturas. A possibilidade de conta-
minação biológica foi reduzida à medida que
normas de higiene foram adotadas no processo
de colheita e pós-colheita. Antes da implantação
do projeto, apenas 23% dos produtores cum-
priam as normas de higiene para a colheita. Com
a implantação do projeto, e por meio de reco-
mendações técnicas, o percentual de produtores
que passaram a cumprir com as normas de hi-
giene subiu para 45%. Esse número ainda é
pequeno, porém as exigências impostas pelos
principais canais de distribuição e a mudança de
cultura dos produtores sinalizam que esse núme-
ro deve crescer.

O projeto de certificação visava ade-
quar os produtores às normas para a comerciali-
zação da fruta *in natura* tanto para o mercado
interno quanto externo. Para isso, uma das eta-
pas de maior importância foi a adoção de normas
de higiene no acondicionamento do produto.
Nesse ponto, o projeto teve grande avanço, cerca
de 85% dos produtores participantes do projeto
enquadraram-se nas normas de certificação.

4.2.2 - Segurança e bem-estar do trabalhador

O item segurança e bem-estar dos tra-
balhadores leva em conta a capacitação destes,

os procedimentos em caso de acidentes, o ma-
nuseio de agrotóxicos, o uso de equipamentos de
proteção individual (EPI), alojamento para os
trabalhadores e segurança para os visitantes.
Muitos desses itens puderam ser cumpridos atra-
vés de cursos técnicos de capacitação, sobre
segurança no trabalho, oferecidos pelo programa.
Tais cursos buscavam transmitir ao agricultor e a
seus funcionários, não apenas a importância da
utilização de equipamentos de segurança, mas
também como utilizar tais equipamentos e manu-
sear produtos perigosos.

A necessidade desse treinamento de-
correu do fato de apenas a metade dos produ-
tores participantes demonstrarem conhecimento
sobre essa prática. Após o treinamento, esse
percentual passou para 80% dos produtores.
Mesmo que esses produtores não alcancem a
certificação, apenas a conscientização da prática
correta das aplicações de agrotóxicos já repre-
senta um ganho para o projeto e para o próprio
produtor.

O uso de EPIs é importante para ga-
rantir a segurança do trabalhador que manuseia
agrotóxicos. Apesar de ser uma exigência legal,
na prática, o uso de EPI não é uma realidade.
Durante o projeto, os produtores receberam uma
capacitação referente a esse tema e foram orien-
tados pelos técnicos de campo. Observou-se um
avanço de 19% após a implantação do projeto,
totalizando 49% dos produtores que utilizam
vestuário protetor adequado. Além disso, 32%
das propriedades passaram a ter sanitários pró-
ximos ao local de trabalho.

4.2.3 - Meio ambiente

As normas de BPAs contemplam tam-
bém as questões relacionadas ao risco de conta-
minação e degradação do meio ambiente. Antes
da implantação do projeto apenas 10% dos produ-
tores tinham planos de conservação ambiental.
Após a implantação do projeto, 20% dos produ-
tores traçavam planos de conservação ambiental.
Porém os resultados mais importantes, em termos
ambientais, estão relacionados à estrutura de ar-
mazenação e à coleta de embalagens vazias de
agrotóxicos. Nesse sentido, 20% dos produtores
construíram ou organizaram estruturas específicas
para agrotóxicos e fertilizantes.

O descarte de embalagens vazias de

agrotóxicos a céu aberto, em terrenos baldios ou mesmo próximo a rios, resulta na contaminação do solo e das águas, degradando o meio ambiente. O sistema oficial de recolhimento de embalagens de agrotóxicos não está adequadamente implantado na região. Inicialmente, 78% dos produtores participantes do projeto não tinham acesso a um sistema oficial de recolha e eliminação de embalagens; já na segunda avaliação, esse percentual caiu para 48%. Ainda é necessário instalar novos locais de recolhimento ou criar alternativas para que outros produtores, além dos que participam do projeto, tenham acesso ao sistema de recolhimento das embalagens. Apesar dos locais de recebimento ainda serem em número insuficiente, o número de produtores participantes do projeto que cumprem a legislação relativa à gestão e eliminação das embalagens vazias de agrotóxicos subiu de 27% para 40%.

Não somente o descarte das embalagens vazias de agrotóxicos pode trazer prejuízos ao meio ambiente, como também o armazenamento das embalagens ainda em uso de forma incorreta, que pode provocar vazamentos e contaminação. A certificação EUREPGAP exige dos produtores galpões adequados para a manutenção dos produtos.

O armazenamento dos agrotóxicos de acordo com a legislação, que no início do projeto era realizado por apenas 13% dos produtores, após a implantação do projeto subiu para 35%. Com relação ao armazenamento de fertilizantes, o índice de produtores que se enquadram nas normas é de 82%.

Praticamente todos os produtores armazenavam agrotóxicos próximos a adubos e outros produtos em depósitos de madeira e sem restrição de acesso. Muitos dos produtores optaram por construir novos depósitos adequados às normas, outros trancaram o depósito à chave e separaram os produtos da cultura em certificação dos produtos de outras culturas.

4.2.4 - Gestão do sistema de produção

Um dos principais benefícios da participação dos produtores no projeto de Desenvolvimento da Fruticultura na Nova Alta Paulista está na melhoria da administração das propriedades rurais.

O registro das atividades é etapa essencial para que o produtor tenha acesso ao certifica-

do. Além de desempenhar função importante na gestão da propriedade, o registro das informações permite ao produtor ter melhor conhecimento sobre as práticas que adota, bem como as atividades que desenvolve e o custo delas.

Inicialmente, apenas 4% dos produtores já tinham um sistema de registros implantado. Com a implantação do projeto, verificou-se que 32% dos produtores avançaram e adotaram um sistema de registros adequado. O projeto envolve produtores rurais que buscam a certificação individualmente e produtores que buscam a certificação através de associações ou cooperativas. Em relação ao registro das atividades, o avanço observado nos produtores que estão associados a alguma entidade tem sido maior do que os produtores que atuam de maneira individual. As entidades às quais os produtores estão associados estão atuando como um órgão de controle e estímulo aos seus associados.

No projeto de Fruticultura da Nova Alta Paulista, o índice de produtores que possuíam análises de risco da propriedade era inferior a 13%, porém com o projeto, esse índice subiu para 53% dos produtores. O avanço é significativo, porém, se se considerar o impacto que a falta dessa análise pode provocar na propriedade, é imprescindível que todos os produtores realizem a análise.

Uma das primeiras medidas a serem adotadas nas propriedades, que desejam alcançar a certificação, diz respeito às ações visando o controle da erosão do solo. A erosão traz problemas não apenas para o produtor, que terá perda de qualidade do seu solo, além dos investimentos realizados no mesmo, mas também para o meio ambiente de uma forma geral.

A gestão do sistema de produção passa pelo adequado controle da aplicação e armazenagem dos fertilizantes utilizados na lavoura, e da adubação realizada nela. A aplicação de adubos e fertilizantes na quantidade e local corretos é resultado do trabalho conjunto entre o produtor rural e o técnico responsável. Seguir as recomendações técnicas é essencial para uma gestão adequada do sistema de produção e para a obtenção do certificado.

Como resultado dessas análises, a adubação desses produtores passou a ser feita com base em critérios técnicos, significando, em muitos casos, redução na quantidade de adubo utilizada e mudanças de formulação para formulações mais adequadas e de menor custo e oti-

mização do uso dos fertilizantes. Muitos dos produtores que participam do projeto de fruticultura buscaram na Casa da Agricultura o parceiro para se adequarem às normas e obterem as informações necessárias sobre adubação e fertilizantes.

Após a implantação do projeto, 56% dos produtores demonstraram capacidade técnica para preparar e manusear os produtos químicos. Habilidade demonstrada por meio de formação própria (palestra técnica) ou pelo uso de informações repassadas por técnicos competentes. Índice semelhante também foi obtido no registro das aplicações de fertilizantes, orgânicos e inorgânicos, ao solo e via foliar, com indicação da parcela, pomar ou estufa.

Fator importante para diminuir o risco de contaminação dos produtos e do meio ambiente é a diminuição do uso de agrotóxicos e a possibilidade de utilização de técnicas de produção integrada. Porém, antes do início do projeto, apenas metade dos produtores realizava a proteção da cultura contra pragas, doenças e infestantes com o uso mínimo de agrotóxicos. Seguindo a recomendação de técnicos o percentual de produtores que se enquadrava nos requisitos de certificação subiu para 81%.

4.2.5 - Geração de renda

Devido ao curto período de implantação do projeto, não é possível realizar uma análise do impacto econômico no que diz respeito à geração de renda dos produtores. Entretanto, é possível detectar alguns indícios desse impacto, como o aumento de 20% na demanda pela acerola de uma associação de produtores e a redução no custo de produção devido à utilização racional dos produtos químicos. A adubação e a utilização de fertilizantes e agrotóxicos segundo as recomendações de técnicos especializados resultam na redução do custo de produção para o agricultor, permitindo maiores ganhos na comercialização do produto e possibilitando investimentos em outras áreas da propriedade.

Ao alcançar a certificação, os produtores passam a ter acesso a mercados diferenciados, em que a qualidade do produto tem seu valor reconhecido, o que poderá ser convertido em aumento da receita desses produtores.

Na realidade, a possibilidade de se obter melhores preços não é resultado da simples obten-

ção da certificação. A certificação é apenas uma etapa importante para o produtor, porém, será necessário que, além da certificação, o produtor consiga ofertar seus produtos em mercados domésticos ou internacionais diferenciados e que o consumidor reconheça no certificado um diferencial que compense a aquisição por um preço superior.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As exigências impostas pelo processo de certificação implementado no Programa de Desenvolvimento da Fruticultura da Nova Alta Paulista influenciaram, e estão influenciando, na melhora do nível dos produtores investigados, tanto nos aspectos técnicos, como ambientais e econômicos.

Foram observadas mudanças importantes no manejo e na forma de gerenciar a produção dos fruticultores participantes. Pôde-se verificar que os pontos onde os produtores apresentaram maiores avanços foram aqueles referentes à adoção de um sistema de registro, à utilização do sistema oficial de recolha de embalagem e ao uso de agrotóxicos registrados para a cultura. Além disso, melhoras significativas foram observadas na organização da propriedade e no correto uso de EPIs.

Outro avanço evidente foi a utilização controlada de agrotóxicos agrícolas nos pomares. Essa prática reduziu os riscos de contaminação dos trabalhadores, do meio ambiente, dos frutos e dos consumidores. Além disso, foram verificadas reduções significativas nos custos de produção daquelas propriedades que seguiram à risca as recomendações técnicas de uso de agrotóxicos ou que adotaram outras estratégias de manejo em substituição às aplicações de agrotóxicos.

É importante salientar que, além dos avanços técnicos, econômicos e ambientais, outro principal resultado desse projeto parece não ser tão visível. A mudança de comportamento dos produtores da região estudada provocará, no médio e longo prazos, melhorias irreversíveis. Trata-se de um resultado imensurável, mas com repercussão significativa para o desenvolvimento sustentável da região.

Cabe verificar, futuramente, o grau de inserção desses agricultores familiares nos principais canais de distribuição, bem como a sustentabilidade desse programa de desenvolvimento.

LITERATURA CITADA

BIOCOMERCIO SOSTENIBLE. **Guia del empresario para el acceso a la certificación de los productos de bio-comercio sostenible**. Bogotá D.C., Colombia: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos, 2003. 139 p. Disponível em: <<http://www.humboldt.org.co/biocomercio>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

CHABARIBERY, D. et al. Perfil das associações de fruticultores do estado de São Paulo: demanda de tecnologia e estratégias de comercialização. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 7-26, jan. 2002.

LAZZAROTTO, N. F. Estudos sobre o mercado de certificações em alimentos no Brasil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRIFOOD CHAIN/NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 4., 2003, Ribeirão Preto. **Proceedings...** Ribeirão Preto, 2003.

MACHADO, R. T. M. **Rastreabilidade, tecnologia da informação e coordenação de sistemas agroindustriais**. 2000. 256 p. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

NACHREINER, M. L.; SANTOS, R. R. P. dos; BOTEON, M. Janelas de mercado: a fruticultura brasileira no mercado internacional. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003. Juiz de Fora, MG. **Resumos...** Juiz de Fora, MG: Embrapa Gado de Leite, 2003.

NASSAR, A. M. Certificação no agribusiness. In: ZYLBERSZTAJN, D.; SCARE, F. S. (Orgs.). **Gestão da qualidade no agribusiness**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 30-46.

REARDON, T. et al. Global change in agrifood grades and standards: agribusiness strategic responses in developing countries. **International Food and Agribusiness Management Review**. v. 2, n. 3/4, 2001.

SPERS, E. E. Qualidade e segurança em alimentos. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 283-321.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. 171 p.

O PAPEL DA CERTIFICAÇÃO NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA NA REGIÃO DA NOVA ALTA PAULISTA

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi avaliar o processo de certificação dentro do Programa de Desenvolvimento da Fruticultura da Região da Nova Alta Paulista. Baseado em diagnósticos dos produtores, antes, durante e depois do processo de certificação, foi possível avaliar os impactos e os desafios deste projeto. Apesar das dificuldades de implementação, resultados positivos foram alcançados, relacionados, principalmente, com a segurança do alimento, segurança e bem-estar do trabalhador, meio ambiente, geração de renda e gestão do sistema de informação.

Palavras-chave: boas práticas agrícolas, certificação, fruticultura, Nova Alta Paulista.

THE ROLE OF CERTIFICATION IN THE FRUIT CROPS DEVELOPMENT PROGRAM OF NOVA ALTA PAULISTA REGION

ABSTRACT: This paper aims to evaluate the certification process in the Fruit Crop Development Program of Alta Paulista Region. Based on diagnoses of producers, before, during and after the certification process, it was possible to evaluate the impacts and challenges faced by the growers. Despite difficulties related to implementation, positive results were observed specially related to food safety, human welfare, environment, income generation and to information system management.

Key-words: good agricultural practices, certification, fruit crops, Nova Alta Paulista.

Recebido em 04/10/2005. Liberado para publicação em 23/11/2005.